

AULA 01: O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS. CONTAS NACIONAIS NO BRASIL.

De posse dessas informações iniciais sobre os agregados macroeconômicos e as formas de medição do produto e da renda nacionais, estamos aptos à análise das Contas Nacionais, o conhecido Sistema de Contas Nacionais.

Mas o que vem a compreender o estudo de Contas Nacionais? Brevemente, cabe-nos relatar que o enfoque macroeconômico exige a definição e medição de certos agregados (PIB, poupança, investimento, consumo, exportações, importações, dentre outros) para obter uma visão global da economia. **As Contas Nacionais (Conta de Produção, Conta de Apropriação, Conta das Transações correntes com o resto do mundo e conta de Acumulação)** definem, relacionam e medem o valor dos agregados macroeconômicos listados acima. É através dessas contas que obtemos o registro das transações realizadas entre os diferentes setores (famílias, empresas, governo e resto do mundo) que participam da atividade econômica do país. Consideramos resto do mundo qualquer outro país que realize operações/transações de bens, serviços e ativos com a economia nacional. Fazemos essa simplificação para efeitos didáticos.

Vejamos, então, cada uma das quatro grandes contas acima listadas com o fito de compreendermos o encadeamento/relacionamento entre os diversos agregados macroeconômicos.

Sabemos que a atividade econômica está agrupada em quatro contas básicas (Conta de Produção, Conta de Apropriação, Conta das Transações correntes com o resto do mundo e Conta de Acumulação).

A primeira delas é a conta de Produção ou conta Produto Interno Bruto, que identifica as transações da atividade produtiva das empresas.

01) Conta Produto Interno Bruto (PIB) ou Conta de Produção.

Débito	Crédito
1.1. Produto Interno Bruto (PIB) a custo de fatores 1.1.1. Remuneração dos empregados 1.1.2. Excedente operacional bruto 1.2. Impostos indiretos 1.3. Menos Subsídios	1.4. Consumo Final das Famílias 1.5. Consumo Final das APUs 1.6. Formação bruta de capital fixo 1.7. Variação de estoques 1.8. Exportação bens/serviços não fatores 1.9. Menos Importação bens/serviços não fatores
PIB a preços de mercado	Despesa interna bruta a preços de mercado

A conta de produção apresenta, do lado do débito, os pagamentos das empresas ao fator de produção trabalho, na forma de salários, juros, aluguéis e lucros.

Ora, nós, servidores da Secretaria da Receita Federal, recebemos salários para trabalhar com a arrecadação federal de impostos e contribuições todo mês. As famílias capitalistas de plantão recebem juros como remuneração pelo estoque de capital aplicado nos bancos. Por sua vez, temos as famílias que tiveram heranças como imóveis e retiram ganhos através da atividade de aluguéis dos mesmos. Assistimos também a participação dos rentistas, empresários capitalistas através dos lucros não distribuídos pelas empresas, isto é, os lucros retidos com o fito de incrementar os negócios, diversificar sua carteira de empreendimentos ou aplicar no sistema financeiro.

O excedente operacional bruto reside no somatório dessas remunerações com a exclusão da principal fonte: salários e ordenados. Ainda, na parte do débito, temos a inclusão da carga de impostos indiretos e a exclusão dos subsídios (transferências, subvenções realizadas pelo ente governamental). Atingimos, então, o PIB a preços de mercado, já exaustivamente investigado na parte introdutória.

No lado do crédito, por sua vez, encontramos o que as empresas receberam dos agentes que adquiriram os bens e serviços finais produzidos, totalizando a despesa interna bruta, a preços de mercado, numericamente idêntica ao PIB a preços de mercado.

Vimos, portanto, que as remunerações do processo produtivo permitiram a geração do consumo das famílias, do setor público ou administrações públicas (APU), de novos empreendimentos, novas plantas industriais, a partir dos investimentos do setor privado ou formação bruta de capital fixo, sem falar nas oportunidades de transações com o resto do mundo através dos fluxos de exportação/importação de bens e serviços.

A segunda conta é a conta de apropriação ou conta Renda Nacional Disponível Bruta, que serve para sinalizar a forma em que se operam a apropriação e utilização da renda pelas famílias e governo.

02) Conta Renda Nacional Disponível Bruta ou Conta de Apropriação.

Débito	Crédito
2.1. Consumo final das famílias 2.2. Consumo final das APUs 2.3. Saldo: Poupança bruta	2.4. PIB a custo de fatores 2.5. Impostos indiretos 2.6. Menos subsídios Subtotal: PIB a preços de mercado 2.7. Menos renda enviada ao exterior 2.8. Renda recebida do exterior
Utilização da renda nacional disponível	Apropriação da renda nacional disponível

A conta em comento sinaliza, do lado do débito, como se dá a aplicação das remunerações recebidas, em dois caminhos distintos, a saber: parte da renda será utilizada para o consumo e a outra parte destinada à poupança.

No que tange à poupança (S), temos a participação das famílias através das suas aplicações financeiras no sistema bancário provenientes dos salários, juros, aluguéis e lucros recebidos como remuneração pelos trabalhos executados.

No que tange à poupança do governo em conta corrente, vale mencionar a sua origem no aspecto dos mais odiados por empresas e famílias: o pagamento de tributos. Seja a tributação nos rendimentos da coletividade, seja na imposta ao consumo de bens e serviços, o certo é que a renda ganha pelos cidadãos e empresas torna-se menor em razão dos pagamentos de impostos e contribuições. Dessa forma, é a arrecadação desses impostos e contribuições nas esferas municipal (ISS), estadual (ICMS, IPVA) e federal (IRPF, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, CPMF, IPI, IOF, II, ITR, dentre outros) que garantem a existência da poupança governamental.

Do lado do crédito, por sua vez, temos a apropriação das remunerações recebidas pelas famílias e governo (impostos menos subsídios) somada às compensações dos movimentos de recebimento/envio de renda entre o país e o resto do mundo.

A terceira conta, conta das transações correntes com o resto do mundo, inclui as transações realizadas entre os membros residentes e não-residentes do país.

03) Conta das transações correntes com o resto do mundo.

Débito	Crédito
3.1. Exportação bens/serviços	3.4. Importação bens /serviços
3.2. Renda recebida do exterior	3.5. Renda enviada para o exterior
3.3. Saldo: Poupança externa	3.6. Saldo das transações correntes com o resto do mundo
Total de recebimentos	Utilização dos recebimentos

Do lado do débito, aparecem os gastos dos não residentes com a compra de bens, serviços e ativos nacionais (exportações brasileiras) bem como o montante de rendas recebidas do setor externo.

Registram-se, por sua vez, no lado do crédito, as compras feitas pelos residentes na forma de importações de bens e serviços mais o somatório de rendas enviadas pelos agentes domésticos ao resto do mundo. Aqui também é lançado o saldo do balanço de pagamentos em conta corrente, que será visto com riqueza de

detalhes no momento pertinente, ou seja, na aula sobre Balanço de Pagamentos. Até aqui nos interessa e muito saber, memorizar e guardar que a poupança externa ou passivo externo líquido é idêntico ao saldo negativo (déficit) das transações correntes com o resto do mundo. Essa identidade nos será extremamente útil nos exercícios arrolados ao final da aula sobre a identidade investimento/poupança.

Então, vale novamente registrar que:

Poupança externa = Passivo externo líquido = Déficit no balanço de pagamentos em transações correntes

A quarta conta chamada consolidada de capital ou conta de acumulação identifica o aumento da capacidade produtiva e as necessidades de financiamento pelas poupanças. Essa conta, em realidade, representa a identidade investimento/poupança, tópico sempre presente nas provas de Economia elaboradas por qualquer banca!

04) Conta consolidada de capital ou conta de acumulação:

Débito	Crédito
4.1. Formação bruta de capital fixo 4.2. Variação de estoques	4.3. Poupança interna 4.4. Poupança externa
Acumulação Bruta Interna	Financiamento da Acumulação Bruta Interna

Do lado do débito, são lançadas as aplicações na formação bruta de capital fixo ou investimento bruto e nas variações de estoques. O que podemos entender como investimento em economia? Qual a sua relevância para a sistemática de Contas Nacionais?

O investimento é tudo aquilo que pode ser agregado aos bens de capital fixo já existentes. Ora, bens de capital devem ser entendidos, por dedução, como

aqueles não enquadrados na categoria de bens e serviços para consumo. Daí, muitas vezes o investimento aparecer nas questões como formação bruta de capital fixo.

Geralmente, falamos em investimentos das empresas como maquinário, fábricas, equipamentos e novas plantas industriais, ou seja, toda forma de geração de valor agregado para a economia em termos de bens de capital.

Temos também o investimento tido como residencial, que se concretiza nas novas habitações e edificações construídas também pelo setor privado (entenda-se aqui pelas construtoras, incorporadoras, imobiliárias, posto que, na maioria das vezes, encontram-se agrupadas).

Além do investimento privado, das empresas particulares, é salutar comentar sobre os investimentos do setor governamental (municipal, estadual e federal). São as despesas de capital, aquelas que visam aperfeiçoar, melhorar e incrementar a gestão da máquina pública. Daí, aparecem ou deveriam aparecer novas habitações, hospitais mais modernos, escolas estruturadas, rodovias transitáveis, novos prédios públicos, modernas viaturas policiais, dentre outros. Aqui se tem um grande gargalo que impacta sobremaneira as possibilidades de crescimento da economia de um país. O que queremos deixar claro é que um nível favorável de investimento se traduz em maiores oportunidades de emprego, incremento da renda e elevação do nível de atividade/produto da economia. De forma análoga, menores taxas de investimento representam menor nível de emprego, atividade econômica em desaceleração e decréscimo da renda da coletividade.

Finalmente, existe um vetor conhecido como investimento em estoques. Aqui encontramos o fluxo de bens, isto é, a parcela do mercado real (mercado de bens e serviços) que não foi totalmente vendida, ou seja, a oferta de bens foi mais do que suficiente para atender a demanda (procura) dos consumidores (famílias), empresas e governo. Além disso, não houve demanda também do setor externo (ou resto do mundo como com freqüência aparece nas provas), de maneira que surgiram os indesejáveis estoques e com eles todo o inconveniente de armazenamento, carregamento e elevação de custos. Pensem bem, pessoal, o

empresário poderia estar empregando seu capital em outra atividade ou até aplicando o mesmo no sistema bancário para ganhar com os juros.

Concluimos, portanto, até o presente momento, que o investimento é uma variável fundamental nas decisões dos agentes privados bem como dos atores públicos e assume significado precioso para toda a coletividade.

Do lado do crédito, por sua vez, temos as fontes de financiamento daquelas aplicações, divididas em poupança interna (poupança bruta do setor privado mais a poupança do governo em conta corrente) e poupança externa.

A poupança externa representa o montante que o país recebe do exterior para financiar os seus gastos a maior. Ou seja, partimos do princípio que o país é deficitário nas transações com o exterior (o saldo do balanço de pagamentos em conta corrente é deficitário) e, que, por conseguinte, a poupança do resto do mundo é responsável pelo seu financiamento.

Não vamos aqui entrar no assunto, igualmente palpitante pelas bancas, Balanço de Pagamentos. Neste momento, é suficiente o conhecimento que o país recebe poupança externa para custear os seus gastos superiores aos seus recebimentos. Vamos voltar à conta 03, conta das transações com o resto do mundo, para constatar o que foi exposto. Vejam as marcações em negrito.

Débito	Crédito
3.1. Exportação bens/serviços	3.4. Importação bens /serviços
3.2. Renda recebida do exterior	3.5. Renda enviada para o exterior
3.3. Saldo: Poupança externa	3.6. Saldo das transações correntes com o resto do mundo
Total de recebimentos	Utilização dos recebimentos

Então, vale novamente registrar que:

Poupança externa = Passivo externo líquido = Déficit no balanço de pagamentos em transações correntes

Existe ainda uma Conta 5, que corresponde à Conta Corrente das Administrações Públicas, mas seus lançamentos não assumem contrapartida com as demais contas do Sistema de Contas Nacionais, não merecendo maior destaque.

Eis a conta propriamente dita:

05) Conta corrente das Administrações Públicas

Débito	Crédito
Consumo final das APUs	Tributos indiretos
Subsídios	Tributos diretos
Transferências de assistência e previdência	Outras receitas correntes líquidas
Juros da dívida pública interna	
Poupança em conta corrente	
Acumulação Bruta Interna	Financiamento da Acumulação Bruta Interna

Ora, do lado do débito, apresentamos a acumulação bruta observada pelas APUs e demais setores (famílias e empresas), tendo, como contrapartida, as necessidades de financiamento dessa sangria dos cofres públicos, por meio da arrecadação de tributos, taxas e contribuições bem como outras receitas correntes líquidas, de menor expressão.

Vale como registro, mas é bom que se tenha em mente que dificilmente tal conta será cobrada na formatação de alguma questão pela banca examinadora.

A IDENTIDADE ENTRE A POUPANÇA E O INVESTIMENTO.

A identidade investimento (I) igual à poupança (S) é um tópico extremamente ativo dentro do assunto Contas Nacionais ou Sistema de contas do Brasil. **Resguardado melhor entendimento, é de longe o tema mais explorado pelas diversas bancas examinadoras, sobretudo a ESAF, tanto nas provas de carreira fiscal (AFRF, Fiscos estaduais e municipais) quanto naquelas de carreira não fiscal (AFC/STN, Especialista em Políticas Públicas/MPOG, Banco Central, dentre outros).**

Para se ter uma idéia, na última prova realizada pela ESAF para AFRF, no ano de 2005, cerca de 60% das questões versavam sobre Contas Nacionais. O rumo foi o mesmo na prova realizada em 2006 pela ESAF para o cargo de Economista da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP.

Falaremos agora um pouco sobre a identidade investimento (I) igual à poupança (S), levando-se em conta que em 80% das questões recentemente elaboradas pelas bancas, o conhecimento dessa identidade e suas aplicações é suficiente para resolver as mesmas.

Em uma economia aberta e com governo, a poupança da economia é proveniente de três fontes exaustivas:

i) poupança bruta do setor privado (somatório das aplicações financeiras das famílias com os lucros não-distribuídos das empresas): poupança líquida + depreciação (Sp);

ii) poupança do governo em conta corrente (Sg);

iii) poupança externa: diferença entre os recebimentos e os pagamentos realizados pelo resto do mundo no que tange às transações correntes (Se). Dessa forma, um déficit no balanço de pagamentos em conta corrente se refere à uma poupança externa positiva, o que equivale a dizer que o país recebe poupança externa para financiar seus gastos a maior.

Vale fazer referência à poupança interna como o somatório da poupança bruta do setor privado com a poupança do governo em conta corrente, isto é:

$$S_b = S_p + S_g.$$

A identidade entre poupança e investimento está sumarizada na Conta Consolidada de Capital, descrita a seguir:

Identidade Investimento Poupança

Investimento	Poupança
Investimento setor privado (Ip)	Poupança bruta do setor privado (Sp)
Investimentos do governo (Ig)	Poupança do governo em conta corrente (Sg)
Variação de estoques (Ve)	Poupança externa (Se)
Investimento total bruto	Poupança Total

Conta de Capital ou Conta de Acumulação

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	Poupança Interna
Variação de estoques (Ve)	Poupança Externa
Acumulação Bruta Interna	Financiamento da Acumulação Bruta Interna

Daí, vem:

$$I_p + I_g + V_e = S_p + S_g + S_e$$

Amigos, esses quadros acima, acreditem, resolvem, sem rodeios e derivações, a maior parte dos exercícios propostos pelas bancas quando o assunto é Contas Nacionais. Explicitam e detalham a conta de capital ou conta de acumulação, identificando, do lado do investimento, a capacidade produtiva e, do lado da poupança, as necessidades de financiamento.

Desculpem, a insistência, mas guardem com afincos essa constatação. A identidade investimento (I) igual à poupança (S) ou a conta de capital também conhecida como conta de acumulação é, desde 2003, o tópico mais utilizado por todas as bancas examinadoras, sobretudo, a ESAF.

O DÉFICIT PÚBLICO

Como não raramente aparecem questões de déficit público, julgamos pertinente mensurar seu financiamento, sob a ótica da Contabilidade Nacional.

Em primeiro lugar, o que vem a ser déficit? Qual a importância do déficit para as Contas Nacionais?

Imaginemos uma família, a sua concursando, com todos os gastos (despesas) necessários à sobrevivência e a um padrão de vida regular, como a compra de alimentos, o pagamento do aluguel, condomínio, gastos de energia, vestuário, escola dos filhos e, quando possível, alguma forma de lazer. Do outro lado, temos as receitas (rendimentos, remunerações, salários) que fazemos jus todos os meses pelos trabalhos executados. Ora, quando as despesas superam as receitas, dizemos que nossa família típica apresenta uma situação deficitária, que precisará ser financiada de alguma forma (geralmente, via crédito bancário com juros extorsivos).

Na outra ponta, situação menos comum, quando as receitas superam as despesas, apresentamos a situação de superávit, isto é, o agente família não é mais tomador de empréstimos e não enfrenta restrições no seu orçamento.

A própria decisão de vocês concursandos passa, em muitos casos, por uma situação conhecida em economia como custo de oportunidade. O tão desejável concurso, que possa organizar as finanças da família (tornando-se superavitária) requer, em boa parte dos casos, novos sacrifícios como o aumento de despesas (gerando mais déficits no orçamento da família). Isto é, existe uma taxa de sacrifício em prol de uma situação futura mais confortável. É o sacrifício presente compensado pela realização futura. Pensem nisso!

Rapidamente, em breves colocações, sabemos que o déficit público se constitui no excesso de dispêndio governamental (consumo e investimento) frente à poupança do setor público, dada pela arrecadação de tributos.

A questão do déficit público é o grande tema de políticas públicas desde meados dos anos 90 assim como a inflação foi o grande gargalo dos anos 80.

Ora, mas vocês devem estar se questionando sobre o enfoque mensal na mídia sobre recordes de arrecadação de impostos e contribuições da Secretaria da Receita Federal (SRF), elevação de carga tributária e sucessivos superávits primário nas contas públicas. Por que então o risco, receio do déficit? Ou melhor, onde está o déficit?

A problemática começa a ser compreendida quando se analisa a dívida pública brasileira (quase 60% do PIB) e o seu perfil (basicamente indexada aos juros). Daí, o esforço de arrecadação e obtenção de superávits para diminuir o estoque da dívida e melhorar o seu perfil.

Mas, o que quero apresentar de fato é aquilo que realmente nos é solicitado pelas bancas: o financiamento do déficit sob o prisma da Contabilidade Nacional.

Sabemos que o déficit público (DP) é dado pelo excesso de investimento governamental face à poupança do governo em conta corrente, ou seja,

$$DP = I_g - S_g \quad (1) \quad \text{e} \quad I_p + I_g + V_e = S_p + S_g + S_e \quad (2)$$

Da combinação das duas equações, podemos assumir que:

$$I_g - S_g = S_p + S_e - I_p$$

Logo, equacionalmente, temos:

$$DP = (S_p - I_p) + S_e.$$

A identidade que decorre da conta de capital do sistema de contas nacionais indica que o déficit público é financiado, internamente, pelo excesso da poupança privada sobre o investimento privado e, externamente, pelo afluxo de poupanças do resto do mundo.

Atenção, pois é um erro muito comum dos concursandos. A identidade que decorre da conta de capital do sistema de contas nacionais indica que o déficit público é financiado internamente pelo excesso da poupança sobre o investimento privado e externamente pelo afluxo de poupanças do resto do mundo. Isso, em nenhuma hipótese, representa que o déficit público cause o déficit em transações correntes e que, portanto, basta cortar o déficit público para resolver as pendências externas.

Em resumo: o déficit público, variável fluxo, alimenta ainda mais a dívida pública, variável estoque. Para diminuir a dívida pública ou, pelo menos, evitar sua

aceleração, é necessária a obtenção de superávits (receitas maiores que despesas).

O financiamento do déficit público é dado:

internamente, via excesso de poupança privada frente ao investimento privado e externamente, via afluxo de poupanças do resto do mundo.

Sobre os pontos que estudamos hoje, os conceitos mais importantes, que vocês terão que levar para a prova, são os seguintes:

1) Sobre a identidade Investimento/Poupança, a mais importante identidade macroeconômica, para concursos públicos, podemos esboçar novamente o quadro abaixo e seu correspondente na conta de capital ou conta de acumulação.

Identidade Investimento Poupança

Investimento	Poupança
Investimento setor privado (Ip)	Poupança bruta do setor privado (Sp)
Investimentos do governo (Ig)	Poupança do governo em conta corrente (Sg)
Variação de estoques (Ve)	Poupança externa (Se)
Investimento total bruto	Poupança Total

Conta de Capital ou Conta de Acumulação

Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF)	Poupança Interna
Variação de estoques (Ve)	Poupança Externa
Acumulação Bruta Interna	Financiamento da Acumulação Bruta Interna

Daí, vem a fórmula a ser memorizada:

$$Ip + Ig + Ve = Sp + Sg + Se$$

2) Sobre o financiamento do déficit público, podemos arrolar que é dado:

internamente, via excesso de poupança privada frente ao investimento privado e externamente, via afluxo de poupanças do resto do mundo.

Equacionalmente, temos:

$$DP = (Sp - Ip) + Se.$$

3) Em uma economia aberta e com governo, a poupança da economia é proveniente de três fontes exaustivas:

i) poupança bruta do setor privado (somatório das aplicações financeiras das famílias com os lucros não-distribuídos das empresas): poupança líquida + depreciação (S_p);

ii) poupança do governo em conta corrente (S_g);

iii) poupança externa: diferença entre os recebimentos e os pagamentos realizados pelo resto do mundo no que tange às transações correntes (S_e). Dessa forma, um déficit no balanço de pagamentos em conta corrente se refere à uma poupança externa positiva, o que equivale a dizer que o país recebe poupança externa para financiar seus gastos a maior.

4) Poupança externa = Passivo externo líquido = déficit do balanço de pagamentos em transações correntes.

Vejamos agora alguns exercícios do assunto Contas Nacionais que, salvo melhor juízo, tem aparecido recorrentemente em todas as provas das mais diversas bancas e em grande quantidade. Só a título exemplificativo, a última prova para AFRF, realizada em 2005, apresentou 60% das questões sobre Contas Nacionais.

01- (ESAF/TCU-2002) Considere os seguintes dados para uma economia aberta e sem governo, num determinado período de tempo, e em unidades monetárias: poupança líquida do setor privado = 100; depreciação = 10; variação de estoques = 40; formação bruta de capital fixo = 120. Com base nesses dados e considerando um sistema de contas nacionais, é correto afirmar que, nesse período, o saldo do balanço de pagamentos em transações correntes foi

a) superavitário no valor de 40.

b) superavitário no valor de 50.

- c) deficitário no valor de 40.
- d) deficitário no valor de 50.
- e) nulo.

Antes de mais nada, vamos esboçar o quadro-resumo da identidade investimento(I) poupança (S) também denominada conta de capital, revelando, por um lado, a capacidade instalada da economia e, por outro, suas necessidades de financiamento.

Investimento	Poupança
Investimento setor privado (Ip)	Poupança bruta do setor privado (Sp)
Investimentos do governo (Ig)	Poupança do governo em conta corrente (Sg)
Variação de estoques (Ve)	Poupança externa (Se)
Investimento total bruto	Poupança Total

Atenção, pois a questão faz referência a uma economia aberta (admite transações com o resto do mundo) e sem governo (não há, portanto, o componente G, não existindo poupança governamental Sg nem investimentos do ente governamental Ig). Colocadas as observações necessárias (não digo imprescindíveis, pois com a prática da resolução das questões, não perderão mais tempo com isso), tem-se que pelo sistema de Contas Nacionais no Brasil, o investimento (I) deve ser equacionado com as poupanças interna (poupança pública (Sg) + poupança privada (Sp)) e do exterior (Se), traduzindo a identidade econômica investimento igual à poupança para $I_p + I_g + V_e = S_p + S_g + S_e$. Pelos comentários já expostos, ela se reduz para $I_p + V_e = S_p + S_e$ e surge um novo quadro Investimento/Poupança simplificado.

Quadro Identidade Investimento/Poupança sem governo.

Investimento	Poupança
Investimento setor privado (Ip)	Poupança bruta do setor privado (Sp)
Varição de estoques (Ve)	Poupança externa (Se)
Investimento total bruto	Poupança Total

Sabemos também que o lado do investimento é traduzido pelo somatório da formação bruta de capital fixo (FBCF), outro nome para o investimento do setor privado (Ip) e da variação de estoques (Ve). Daí, vem: $FBCF + Ve = Sp + Se$. Mais um detalhe, a poupança do setor privado bruto é composta pela poupança líquida mais a depreciação.

Vejamos agora a conta: $120 + 40 = 100 + 10 + Se$. A poupança externa (que é equivalente ao déficit do balanço de pagamentos em transações correntes) vale 50, ou seja, deficitário em 50.

A poupança externa ou saldo deficitário do balanço de pagamentos em transações correntes também é conhecida como passivo externo líquido, termo cunhado com freqüência pela ESAF.

Em resumo: ao se falar em poupança externa, estamos sempre fazendo referência às necessidades de financiamento externas ou também ao passivo externo líquido.

Poupança Externa = Saldo deficitário do BP em transações correntes = Passivo Externo Líquido.

A assertiva d está correta.

02 –(ESAF/AFRF-2003) Considere os seguintes dados: poupança líquida =100; depreciação = 5; variação de estoques = 50. Com base nessas informações e considerando uma economia fechada e sem governo, a formação bruta de capital fixo e a poupança bruta total são, respectivamente:

- a) 100 e 105
- b) 55 e 105
- c) 50 e 100
- d) 50 e 105
- e) 50 e 50

Esse exercício recente de elaboração da ESAF ainda é muito próximo do anterior com um fator simplificado: além de não apresentar setor governamental, a economia é fechada, ou seja, não há transações com o exterior e, portanto, não existe poupança externa. Nosso quadro-resumo original da identidade investimento (I) igual à poupança (S) fica ainda mais simplificado. Senão, vejamos!

Quadro Identidade Investimento/Poupança sem governo e sem setor externo.

Investimento	Poupança
Investimento setor privado (Ip)	Poupança bruta do setor privado (Sp)
Variação de estoques (Ve)	
Investimento total bruto	Poupança Total

Assumindo novamente a identidade poupança e investimento (essa identidade vai valer pelo menos uma questão no concurso!), temos que $I_p + V_e = S_p$, ou seja, a formação bruta de capital fixo + a variação de estoques (50) = poupança líquida (100) + depreciação (5). Dessa forma, $FBCF + 50 = 100 + 5$, isto é, FBCF é igual a 55 e a poupança bruta igual a 105 (100 + 5).

A assertiva b está correta.

03- (ESAF/AFPS –2002) Levando-se em conta a identidade macroeconômica “poupança = investimento”, numa economia aberta e com governo, e considerando D = déficit público, S_g = poupança pública, I_g = investimento público, S_{pr} = poupança privada, I_{pr} = investimento privado, S_{ext} = poupança externa. É correto afirmar que

a) $D = S_g - I_g + S_{pr} - I_{pr}$

b) $D = S_{ext}$

c) $D = S_{pr} + I_{pr} + S_{ext}$

d) $D = S_g - I_g$

e) $D = S_{pr} - I_{pr} + S_{ext}$

Embora já exaustivamente levantados a identidade poupança/investimento e o financiamento do déficit, prefiro ser repetitivo, pois essa questão é bem provável de constar nas próximas provas (nas provas elaboradas pela ESAF nos últimos três anos ela tem aparecido com alterações minúsculas).

Sabemos de antemão que $S_g + S_{pr} + S_{ext} = I_g + I_{pr}$ (identidade poupança e investimento) e $D = I_g - S_g$. (déficit público, que corresponde ao excesso de investimento sobre a poupança pública).

Rearranjando as identidades, chegamos ao resultado pretendido:

$D = S_{pr} - I_{pr} + S_{ext}$, expressão que indica que o déficit público é financiado pelo excesso da poupança privada em relação ao investimento privado, mais a poupança do exterior (ou déficit em transações correntes) ou ainda passivo externo líquido.

A assertiva e está correta.

04- (ESAF/APO –2002) Considere os seguintes dados, em unidades monetárias num determinado período de tempo:

poupança líquida do setor privado: 100;

depreciação: 10;

déficit do balanço de pagamentos em transações correntes: 50;

saldo do governo em conta corrente: 30;

variação de estoques: 30.

Com base nestes valores e considerando as identidades macroeconômicas básicas, é correto afirmar que a formação bruta de capital fixo, o investimento bruto total e a poupança bruta total são iguais a, respectivamente:

a) 160, 190 e 190

b) 130, 160 e 160

c) 130, 140 e 150

d) 160, 160 e 160

e) 120, 160 e 160

Ora, a questão lida essencialmente com uma das identidades mais fundamentais do curso que é a igualdade entre poupança e investimento. Ainda que o concursando não tivesse em mente a suposta identidade, duas opções são de cara descartadas (assertivas c e d).

A assertiva c por apresentar valores distintos de investimento bruto total (140) e poupança bruta total (150).

A assertiva d, por sua vez, apresenta a incorreção no sentido de igualar investimento bruto total (160) e formação bruta de capital fixo (160), sem levar em conta a variação de estoques (30).

Feitas essas observações pontuais, a questão se resume a três opções e agora não há recurso, exige-se o conhecimento da matéria.

O investimento é igual à formação bruta de capital fixo (FBCF) mais a variação de estoques (VE) e a poupança igual à poupança líquida do setor privado (S_p) mais a depreciação (D) mais o saldo do governo em conta corrente (ou poupança governamental S_g) mais o déficit do balanço de pagamentos em transações correntes (ou poupança externa S_e).

Dessa forma, corrobora-se com $FBCF + VE = Sp + D + Sg + Se$. Alternando-se pelos valores arrolados na questão, vem: $FBCF + 30 = 100 + 10 + 30 + 50$. Daí, tem-se que $FBCF = 190 - 30 = 160$ e investimento bruto ($160 + 30 = 190$) e poupança bruta iguais a 190.

A assertiva a está correta.

05 – (ESAF/Analista – BC – 2001) Considere os seguintes dados, em unidades monetárias:

- exportações de bens e serviços não fatores = 100;
- importações de bens e serviços não fatores = 200;
- renda líquida enviada ao exterior = 50;
- poupança líquida do setor privado = 250;
- depreciação = 10;
- saldo do governo em conta corrente = 70;
- variação de estoques = 80.

Com base no sistema de contas nacionais, é correto afirmar que a formação bruta de capital é igual a :

- a) 400
- b) 150
- c) 250
- d) 350
- e) 500

Atenção! Exercício bem similar ao anterior colocado aqui com a função de alertá-los sobre um fator complicador, que é, exatamente, a poupança do resto do mundo ou saldo negativo do BP em transações correntes a ser calculado e o significado do seu sinal!

O saldo em transações correntes é igual à diferença das exportações frente às importações menos a renda líquida enviada ao exterior, ou seja, $100 - 200 - 50 = -150$, que corresponde ao déficit do BP em transações correntes. Ou seja, o país

consegue importar mais bens e serviços (importações maiores que exportações) graças à poupança externa ou passivo externo líquido, que representa a fonte de financiamento desses gastos na aquisição de bens e serviços.

Esse valor (-150) aparece como positivo na identidade abaixo, dada a natureza do mesmo. Os mais desavisados poderiam utilizar-se de - 150 na equação, modificando totalmente o valor desejado.

Em resumo: o déficit no BP em transações correntes equivale ao montante da poupança externa ou passivo externo líquido. Dessa forma, -150 aqui representa saldo negativo do BP em transações correntes ou poupança externa/passivo externo líquido igual a 150.

Agora a questão fica idêntica à anterior. $FBCF + VE = Sp + D + Sg + Se$. Substituindo-se os valores, tem-se que $FBCF + 80 = 250 + 10 + 70 + 150$. Logo, FBCF é igual a 400.

A assertiva a está correta.

06 – (ESAF/AFC-STN – 2000) A partir das identidades macroeconômicas básicas, pode-se estabelecer uma relação entre déficit orçamentário do governo e o saldo em conta corrente de um país. A partir dessa relação, assinale a opção correta.

- a) Alterações no déficit orçamentário do governo somente causam mudanças no saldo em transações correntes do país se tais alterações decorrem exclusivamente de alterações nos investimentos públicos e desde que a diferença entre poupança e investimento privado permaneça constante.

- b) Uma redução do déficit orçamentário do governo, independentemente de ocorrerem ou não variações na diferença entre poupança e investimento privado, melhora o saldo em transações correntes do país.
- c) Uma redução do déficit orçamentário do governo melhora o saldo em transações correntes do país, desde que a diferença entre poupança e investimento privado permaneça constante.
- d) Alterações no déficit orçamentário do governo somente causam mudanças no saldo em transações correntes do país se tais alterações decorrem exclusivamente de alterações nos investimentos públicos, independentemente de ocorrerem ou não variações na diferença entre poupança e investimento privado.
- e) Alterações no déficit orçamentário do governo somente causam mudanças no saldo em transações correntes do país se tais alterações decorrem exclusivamente de alterações na poupança do governo e desde que a diferença entre poupança e investimento privado permaneça constante.

Vejam como essa identidade deve estar em pelo menos uma das questões do próximo certame para fiscal ou qualquer outra prova elaborada, principalmente, a cargo da ESAF. Da identidade I-S (investimento igual à poupança), assumimos que $FBCF + VE = Spr + Sg + Se$.

Isso somado ao cálculo do déficit público na fórmula $D = Ig - Sg$, pretendemos chegar ao seguinte resultado $D = Spr - Ipr + Sext$, expressão que indica que o déficit público é financiado pelo excesso da poupança privada em relação ao investimento privado, mais a poupança do exterior (ou déficit em transações correntes) ou ainda passivo externo líquido.

Mantendo-se imutável a diferença entre poupança e investimento privado, a equação anterior $D = Spr - Ipr + Sext$ fica resumida ao seguinte resultado $D = Sext$ de forma que uma redução do déficit público acarreta necessariamente um menor passivo externo líquido, ou seja, menor déficit do BP em transações correntes, ou

ainda, menor necessidade de financiamento via poupança externa. A demanda por bens e serviços do ente governamental sofreu uma desaceleração e, portanto, mantendo constante a diferença investimento/poupança privada, a necessidade de financiamento via resto do mundo é menor.

Da mesma forma, um crescimento do déficit público gera necessariamente (dado que a diferença entre poupança e investimento privado permanece constante) uma piora no saldo do BP em transações correntes, ou seja, um maior passivo externo líquido, ou ainda, uma maior necessidade de financiamento via poupança externa. A demanda por bens e serviços governamentais se acelerou, ampliando as necessidades de financiamento do resto do mundo.

A assertiva c está correta.

07 – (FCC – ICMS-SP – 2006) São dadas as seguintes informações sobre as Contas Nacionais de uma determinada economia:

Importações de bens e serviços não fatores	-	85.000
Déficit do balanço de pagamentos em transações correntes	-	25.000
Consumo Final das famílias e das administrações públicas	-	472.000
Poupança Bruta Interna	-	94.000
Produto Interno Bruto	-	604.000
Variação de Estoques	-	10.000

Sabendo-se que não houve transferências de capital entre o país e o exterior, o valor da Formação Bruta de Capital Fixo dessa economia corresponde a:

- a) 84.000
- b) 98.000
- c) 109.000
- d) 119.000
- e) 132.000

Atenção, pois aqui há dados em excesso apenas para supostamente confundir o candidato. Não que as informações estejam erradas, mas o caminho para satisfação da questão é bem mais curto.

Sabemos que $I = S$ e utilizando-se da identidade propriamente dita, vem: $FBCF + VE = Sp + Sg + Se$.

$FBCF + 10.000 = 94.000 (Sg + Sp) + 25.000$. Logo, a formação bruta de capital fixo vale 109.000.

Como não se requisitou consumo intermediário, exportações de bens e serviços não fatores, dentre outros, as demais informações não tiveram utilidade na questão.

A assertiva c está correta.

08 – (ESAF/AFRF – 2005) Considere os seguintes dados, extraídos de um sistema de contas nacionais – conta de bens e serviços – que segue a metodologia atualmente no Brasil (em unidades monetárias):

Produção total: 1.323

Importação de bens e serviços: 69

Impostos sobre produtos: 84

Consumo final: 630

Formação bruta de capital fixo: 150

Variação de estoques: 12

Exportação de bens e serviços: 56

Com base nessas informações, o consumo intermediário dessa economia foi

- a) 700
- b) 600
- c) 550
- d) 650
- e) 628

Já sabemos da conta de produção, a qual identifica as transações da atividade produtiva, que a oferta é igual à produção.

Conta de Produção.

Débito	Crédito
1.1. Produto Interno Bruto (PIB) a custo de fatores 1.1.3. Remuneração dos empregados 1.1.4. Excedente operacional bruto 1.2. Impostos indiretos 1.3. Menos Subsídios	1.4. Consumo Final das Famílias 1.5. Consumo Final das APUs 1.6. Formação bruta de capital fixo 1.7. Variação de estoques 1.8. Exportação bens/serviços não fatores 1.9. Menos Importação bens/serviços não fatores
PIB a preços de mercado	Despesa interna bruta a preços de mercado

Dessa forma, nossa conhecida identidade $Y = C + I + G + X - M$ fica de certa forma transformada pelas óticas da demanda e da oferta.

Assim, da ótica da oferta, ao valor total da produção, agrega-se as importações e a tributação sobre os produtos (1.323 + 69 + 84) e do lado da demanda aparece o requerido consumo intermediário mais a demanda final (630 + 150 + 12 + 56 + Consumo intermediário) . Logo, consumo intermediário é igual a 628.

A assertiva e está correta.

09 – (ESAF/AFRF – 2005) Considere as seguintes informações para uma economia hipotética (em unidades monetárias):

Investimento bruto total: 700

Depreciação: 30

Déficit do balanço de pagamentos em transações correntes: 100

Saldo do governo em conta corrente: 400

Com base nessas informações e considerando as identidades macroeconômicas decorrentes de um sistema de contas nacionais, é correto afirmar que a poupança líquida do setor privado foi igual a:

- a) 170
- b) 200
- c) 140
- d) 210
- e) 120

Pessoal, acreditem! A ESAF colocou em uma prova com sete questões duas idênticas de Contas Nacionais, mais especificamente, de identidade macroeconômica $I = S$. Portanto, guardem de uma vez por todas essa identidade fundamental: $I_p + I_g = S_p + S_g + S_e$.

De qualquer forma, apresentou dois pseudos complicadores ao agregar o investimento privado e o investimento governamental em investimento bruto total, que é igual a 700 e apresentar a conta depreciação, que influenciará no resultado da poupança do setor líquido, o exigido na questão.

Substituindo-se pelos valores na questão, vem: $700 = S_p + 30 + 400 + 100$.

Logo, poupança líquida do setor privado é igual a 170.

A assertiva a está correta.

10 - (ESAF/AFRF – 2002.II) No ano de 1999, a conta de capital do sistema de contas nacionais no Brasil apresentou os seguintes dados (em R\$ 1.000.000):

Poupança bruta: 149.491;

Formação bruta de capital fixo: 184.087;

Variação de estoques: 11.314;

Transferências de capital enviada ao resto do mundo: 29;

Transferências de capital recebida do resto do mundo: 91.

Com base nessas informações, é correto afirmar que a necessidade de financiamento foi igual a:

a) 34.566 b) 45.848 c) 80.414 d) 11.282 e) 195.401

Sabemos que as necessidades de financiamento da economia se referem à poupança externa ou passivo externo líquido ou saldo deficitário do balanço de pagamentos em conta corrente.

Reconhecemos que o somatório das poupanças é equivalente ao agregado dos investimentos em economia, ou seja, $I_p + I_g + V_e = S_p + S_g + S_e$.

Do lado do investimento, segue a correspondência com a FBCF + VE. Logo, $184.087 + 11.314$, que é igual a 195.401.

Já da esfera da poupança, tem-se a poupança bruta (149.491) mais transferências líquidas de renda (91 – 29), totalizando 149.553.

A diferença entre o investimento (195.401) e a poupança (149.553), que é igual a 45.848, reflete a necessidade de financiamento do investimento realizado.

A assertiva b está correta.

11 – (ESAF/TC-ES – 2001) Considere os seguintes dados coletados de um sistema de contas nacionais de uma economia hipotética, em unidades monetárias, em um determinado período de tempo:

- variação de estoques: 20
- formação bruta de capital fixo: 300
- poupança líquida do setor privado: 100
- déficit do balanço de pagamentos em transações correntes: 100
- saldo do governo em conta corrente: 100

Com base nesses dados, podemos afirmar que:

- a) o total de investimentos desta economia, excluída a depreciação, é de 300.
- b) a depreciação é igual a 20.
- c) não há poupança externa nesta economia.
- d) para que, nesta economia, poupança seja igual a investimento, a poupança privada teria que ser 50% maior.
- e) a poupança desta economia é menor do que o investimento em 30.

Questão fácil, pois se exige uma conta direta e, além disso, as opções apresentadas são de cara eliminadas. Senão, vejamos.

A variável investimento tem na sua gestação a formação bruta de capital fixo (300) mais a variação de estoques (20), totalizando 320. A conta de depreciação faz parte da poupança bruta do setor privado.

A assertiva a está incorreta.

Existe poupança externa igual a 100, já que há déficit do balanço de pagamentos em transações correntes igual àquele montante.

A assertiva c está incorreta.

A identidade macroeconômica investimento-poupança se realiza com os dados da questão sem a necessidade de incremento da poupança privada, como veremos no cálculo a seguir.

As assertivas d e e estão incorretas.

A assertiva b, portanto, está correta. Assim, por meio da identidade macroeconômica básica investimento igual à poupança, assume-se que a

formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques se iguala ao somatório das poupanças privada, pública e externa, ou seja:

$$FBCF + VE = Sp \text{ (ou Spl + D) + Sg + Se}$$

$$300 + 20 = 100 + D + 100 + 100$$

$$D = 20.$$

A assertiva b está correta.

12 –(ESAF/ENAP – 2006) Considere os seguintes dados:

Exportações de bens e serviços não fatores = 200

Importação de bens e serviços não fatores = 100

Renda líquida enviada ao exterior = 200

Variação de estoques = 30

Poupança líquida do setor privado = 200

Depreciação = 50

Poupança do governo = 150

Com base nessas informações, a formação bruta do capital fixo foi de

a) 450

b) 550

c) 400

d) 470

e) 530

Atenção para essa questão bem recente. Fácil, mas é necessário entender a sistemática desde o início, pois se utiliza de uma identidade e uma conta do sistema de contas nacionais. A ESAF tem se especializado nessa questão.

Através da já enfadonha identidade macroeconômica investimento (I) igual à poupança (S), temos que a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques corresponde ao somatório das poupanças bruta do setor privado, do setor governo e do resto do mundo. Daí, vem que $FBCF + 30 = 200 + 50 + 150 +$

Se (poupança externa), que será descoberta a partir da conta das transações correntes com o resto do mundo. Senão, vejamos:

Conta das transações correntes com o resto do mundo.

Débito	Crédito
3.1. Exportação bens/serviços	3.4. Importação bens /serviços
3.2. Renda recebida do exterior	3.5. Renda enviada para o exterior
3.3. Saldo: Poupança externa	3.6. Saldo das transações correntes com o resto do mundo
Total de recebimentos	Utilização dos recebimentos

Ora, a poupança externa ou passivo externo líquido ou saldo deficitário do BP em transações correntes se resume ao montante de exportações (200) menos o volume das importações de bens e serviços não fatores (100) menos a renda líquida enviada ao exterior (200). Surge, então, uma poupança externa de 100.

Agora, basta que retornemos à equação anterior.

$FBCF + 30 = 250 + 150 + 100$, ou seja, $FBCF + 30 = 500$, o que nos leva a uma formação bruta de capital fixo da ordem de 470.

A assertiva d está correta.

13 – (ESAF/ENAP – 2006) Considere os seguintes dados extraídos da conta de bens e serviços de um sistema de contas nacionais que segue a metodologia adotada no Brasil:

Produção = 6000

Importação de bens e serviços = 250

Impostos sobre produto = 550

Consumo intermediário = 2850

Formação bruta de capital fixo = 430

Variação de estoques = 25

Exportação de bens e serviços = 235

Com base nesses dados, o consumo final foi de

- a) 2890.
- b) 3010.
- c) 3285.
- d) 3005.
- e) 3260.

Através da conta de produção abaixo, que identifica as transações da atividade produtiva das empresas, está a solução da questão.

Conta de Produção.

Débito	Crédito
1.1. Produto Interno Bruto (PIB) a custo de fatores 1.1.5. Remuneração dos empregados 1.1.6. Excedente operacional bruto 1.2. Impostos indiretos 1.3. Menos Subsídios	1.4. Consumo Final das Famílias 1.5. Consumo Final das APUs 1.6. Formação bruta de capital fixo 1.7. Variação de estoques 1.8. Exportação bens/serviços não fatores 1.9. Menos Importação bens/serviços não fatores
PIB a preços de mercado	Despesa interna bruta a preços de mercado

Do lado do débito, encontramos o valor do PIB a preços de mercado. Sabemos que o PIB a custo de fatores vale 6.000 e que os impostos sobre produto (impostos indiretos) registraram 550, gerando um PIB a preços de mercado igual a 6.550 (não há subsídios na questão).

Já do lado do crédito, queremos quantificar o consumo final (das famílias e das APUs). Temos o consumo intermediário igual a 2.850, a formação bruta de capital fixo igual a 430, a variação de estoques valendo 25 bem como as exportações iguais a 235 e importações valendo 250.

Resolvendo a identidade, temos: $6.550 = CF + 2850 + 430 + 25 + 235 - 250$. Logo, o consumo final das famílias vale 3.260.

A assertiva e está correta.

